

Funaro ainda discute a melhor forma de ataque

BRASILIA — O Governo acredita que uma política de abastecimento calçada em estoques reguladores para os principais produtos agrícolas, um controle mais rigoroso dos preços industriais por parte do Conselho Interministerial de Preços (CIP) e os reflexos do conjunto de medidas econômicas aprovadas em princípio de dezembro pelo Congresso, que reduzirá o déficit público para cerca de 0,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), serão suficientes para conter o processo inflacionário em 86. Desta forma, descarta as práticas argentina e israelense para diminuir os índices de inflação.

Por isso é que está fora de cogitação qualquer tratamento de choque para fazer baixar a inflação, que teria reflexos sobre a retomada do crescimento econômico, no desempenho das exportações e sobre o nível de empregos. O Ministro Dilson Funaro não parece perturbado com a elevação da inflação do patamar de nove por cento em setembro e outubro para 15 por cento em novembro e dezembro.

Nós estamos atacando as causas da inflação com o programa de mudanças econômicas para 86. Uma inflação de 15 por cento é reflexo da disparidade dos preços agrícolas como decorrência da seca e da ausência de estoques reguladores — afirmou ele.

O Plano Austral posto em prática pelo Presidente Alfonsín não seduz os principais assessores de Funaro, embora eles o conheçam profundamente, na medida em que um tratamento daquele tipo para a inflação brasileira comprometeria uma das principais metas

do Governo e sobre a qual o próprio Governo não aceita discussão: o crescimento da economia.

Com elevado grau de pobreza absoluta e tendo que gerar cerca de dois milhões de novos empregos por ano, o Ministro da Fazenda afirma que o Brasil recusa qualquer medida para conter a inflação que implique conter o crescimento da economia.

O processo adotado por Israel para conter a inflação chama a atenção das autoridades econômicas porque, ao contrário do Plano Austral, definido por decreto do Presidente Alfonsín, resultou de um acordo entre empresários e trabalhadores.

Receoso de que a colocação prévia de propostas possa prejudicar os entendimentos que buscará junto a trabalhadores e empresários, Funaro tem reiterado que vai para a mesa de negociações com a disposição de conversar e ouvir, mas com uma pergunta para abrir estes entendimentos: a quem interessa manter inflação em níveis tão elevados?

De acordo com seus assessores, a partir do momento em que houve recuperação das perdas salariais dos trabalhadores nos últimos, existem condições para se negociar um pacto para se evitar a corrida desenfreada entre preços e salários. Sem a recomposição salarial e sem a criação da índice único para remunerar capital e trabalho, seria impossível estabelecer este tipo de acordo. A partir do ano que vem, os ganhos salariais poderão ter como referência a taxa de crescimento econômico.